

O inverno do conjo

A REVELAÇÃO DAS CONVERSAS COM DALLAGNOL ENFRAQUECE MORO E ABRE BRECHA À SOLTURA DE LULA. A ATUAÇÃO DOS INQUISIDORES DE CURITIBA À MARGEM DA LEI ATENDEU AOS INTERESSES DE TIO SAM

por ANDRÉ BARROCAL

O inverno chegou mais cedo para Sérgio Moro. Em 26 de maio, o ministro da Justiça havia sido estrela nas manifestações dos ultrarradicais bolsonaristas, até despontar como um bonecão inflável vestido de Superman, em Brasília. Agora está no frio, graças a conversas de conje para conje tidas quando ainda era juiz com o chefe da força-tarefa da Operação Lava Jato, Deltan Dallagnol. Sua saída do cargo é cobrada pela OAB e pelo *Estadão*. A Ajufe, associação dos juízes federais, acha que ele precisa esclarecer melhor os diálogos. No Congresso, a oposição planeja infernizar-lhe a vida com uma CPI da Lava Jato, sonho secreto do “Centrão”. Seu candidato a novo PGR, Vladimir Aras, só passa por milagre no Senado. Sua nomeação para o Supremo Tribunal Federal (STF) tornou-se incerta. Jair Bolsonaro vai arriscar-se a ver o Senado reprovar Moro? Aliás, o presidente levou quatro dias para sair em defesa do ministro: “O que ele fez não tem preço”. Ciúme

do Superman? Desconfiança de que Moro quer a Presidência em 2022?

Daqui em diante, o ministro tem tudo para ser um moribundo político, a aborrecer-se mais vezes em entrevistas a ponto de abandoná-las, como fez na segunda-feira 10 em Manaus. Aumentou a chance de o Supremo decidir, no dia 25, que Moro era suspeito para atuar em processos de Lula. Um *habeas corpus* do ex-presidente começou a ser julgado em dezembro de 2018 em uma das duas turmas de cinco juízes e foi interrompido com 2 a zero contra Lula. Gilmar Mendes tinha pedido

para estudar o assunto. Um dia depois de as conversas de Moro e Dallagnol virem à tona, devolveu o processo e comentou que “juiz não pode ser chefe de força-tarefa, nem chefiar procurador”. Para Mendes, prova ilegal não serve para condenar, mas para absolver, sim. Seria o caso dos diálogos via celular obtidos pelo Intercept. Moro e a força-tarefa concordam que prova ilegal absolve, proposta deles em 2015 em um pacote de medidas. É provável que Mendes e Ricardo Lewandowski votem contra Moro no HC. A incógnita é Celso de Mello. Se o ex-juiz for declarado



Marco Aurélio acha que não dá mais para nomear Moro ao STF. Para Gilmar Mendes, prova ilegal pode ser válida se inocentar condenado.



suspeito, a consequência será a anulação do caso pelo qual Lula cumpre pena, o do triplex do Guarujá.

A suspeição está clara nos diálogos entre Moro e Dallagnol, batom na cueca do que sempre se imaginava. O ex-juiz orientava a força-tarefa, dava conselhos. E o fazia de maneira “sistemática, reiterada”, na visão de um subprocurador-geral. Ao agir assim, violou o artigo 254 do Código de Processo Penal. Por esse artigo, “se tiver aconselhado qualquer das partes”, um magistrado tem de declarar-se suspeito. Moro não se portou como juiz, a observar os argumentos da acusação e da defesa antes de tirar conclusões, de emitir sentenças. Trabalhou como se fosse de um dos times, o da acusação. Colocou em dúvida “a equidistância do órgão julgador”, conforme disse Marco

Aurélio Mello, do Supremo, após a revelação dos diálogos. “Uma conversa entre amigos”, na visão de Gilson Dipp, ex-juiz do Superior Tribunal de Justiça (STJ), feriu a “isenção do sistema judiciário.”

Em dezembro de 2015, Moro disse a Dallagnol que sabia de uma fonte interessada em prejudicar Lula. O procurador depois responderia que a fonte não quis ajudar e que cogitava pressioná-la com “uma intimação oficial, até com base em notícia apócrifa”. Seria uma “notícia apócrifa” inventada pela força-tarefa? Em fevereiro de 2016, a dupla conversou sobre o que Moro chamou de “notas malucas” que haviam sido emitidas pelo PT, críticas à Lava Jato. “Deveríamos rebater oficialmente? Ou

pela Ajufe?”, escreveu ele. Diante da citação, a associação comentou em um comunicado público que “as informações divulgadas pelo *site* (Intercept) precisam ser esclarecidas com maior profundidade”. Dias antes da combinação da reação conjunta, Moro havia sugerido à força-tarefa que invertesse a ordem de dois planos de operações de campo, daquelas que terminam em prisões preventivas a rodo. Em agosto de 2016, perguntou a Dallagnol: “Não é muito tempo sem operação?” Resposta: “Depende de articulação com os americanos”.

“Em processos judiciais não se pode fazer clandestinamente ‘articulação com os americanos’. Existe um processo legal para que essa ‘articulação’ seja possível”, diz o governador do Maranhão, Flávio Dino, que é ex-juiz. Clandestinamente

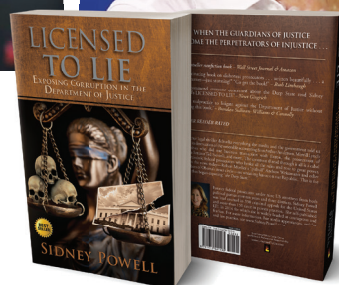
ou não, articulação com os Estados Unidos foi o que não faltou na Lava Jato. Há muitas pistas de que a atuação heterodoxa e à margem da lei por parte de Moro e da força-tarefa foi inspirada em Tio Sam. E um nome destaca-se nessa história, Andrew Weissmann.

Weissmann foi chefe da seção de fraudes criminais do Departamento de Justiça, o equivalente ao nosso Ministério da Justiça, entre 2014 e 2017. É dele uma das duas assinaturas no acordo que a Odebrecht selou nos EUA em dezembro de 2016, origem de investigações em diversos países sul-americanos. É odiado pela direita trumpista americana, aquela que desperta paixões em Bolsonaro e seus seguidores. Desde 2017, integra a equipe do procurador especial Robert Muller, que investiga se houve interferência russa na eleição de Donald Trump em 2016.

Weissmann ganhou fama como chefe da força-tarefa do caso Enron, que faliu em 2001 no embalo de fraudes financeiras. Ele e sua equipe conseguiram a condenação de dirigentes da empresa e da auditoria Arthur Andersen, que havia feito vista grossa para a debilidade contábil da Enron. Em 2005, a Suprema Corte anulou unanimemente a condenação da Andersen. A história desse processo e da atuação à margem da lei por parte de Weissmann foi contada em um livro de 2014, intitulado, em tradução literal, *Licenciado para Mentir: Expondo Corrupção no Departamento de Justiça*. Sua autora foi procuradora de Justiça, Sidney Powell. Segundo ela, Weissmann e a força-tarefa da Enron juntaram partes de leis diferentes para inventar um crime, esconderam fatos e provas no julgamento de primeira instância e perseguiram bagrinhos e familiares de tubarões para tentar condenar esses tubarões. Um padrão que Weissmann repetiria sempre. Sidney defendeu a Arthur Andersen. Agora enfrenta Weissman de novo. Acaba de ser contratada como advogada de um dos investigados no caso russo, Michael Flynn, ex-assessor de segurança nacional de Trump.

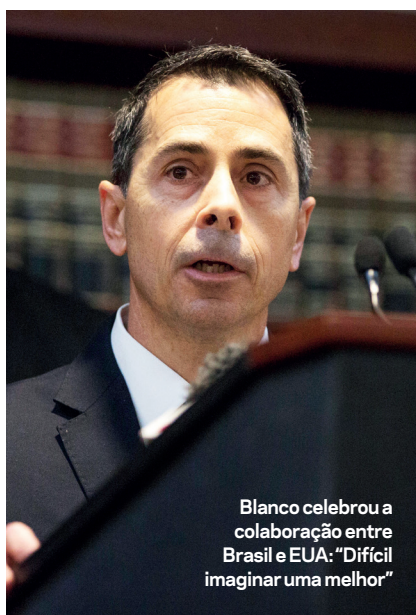


Sidney Powell conta em seu livro a história de Andrew Weissmann, que, segundo ela, teria inventado um crime no caso da Enron, em 2001



Dallagnol é da mesma escola americana dos procedimentos controversos. Nos diálogos com Moro, observa-se que tinha dúvidas sobre as provas na acusação feita a Lula no caso do triplex do Guarujá. Um imóvel que o petista começou a pagar quando presidente, mas não comprou de vez. A força-tarefa vibrou ao descobrir uma reportagem de 2010 de *O Globo* a respeito da compra iniciada. Foi

usada como evidência, prova indireta na denúncia a Moro. O orientador de metrado de Dallagnol em Harvard, Scott Brewer, defende reunir o máximo de evidências para compensar a falta de provas concretas. O famoso PowerPoint divulgado pela força-tarefa no dia da denúncia tinha esse propósito. Idem para a visão de Dallagnol de que convicções valem tanto quanto provas.



Blanco celebrou a colaboração entre Brasil e EUA: "Difícil imaginar uma melhor"

Laços fortes de Moro e de procuradores com o Departamento de Justiça americano, bem como o interesse brasileiro em beber daquela fonte, parecem ter surgido há uma década. Em 2009, o Tio Sam patrocinou um evento no Rio de Janeiro para estreitar relações bilaterais no combate a crimes financeiros e terrorismo. Moro estava presente, juntamente com procuradores e policiais. Em 30 de outubro daquele ano, a embaixada dos EUA em Brasília mandou um telegrama a Washington a relatar o evento daquele mês. O telegrama faz parte dos documentos revelados por Edward Snowden. Conta ter havido interesse brasileiro em aprender mais sobre técnicas de interrogatório,

atuação em tribunal do júri e força-tarefa. “Idealmente, o treinamento deveria ser de longo prazo e coincide com a formação de forças-tarefas”, diz. A embaixada sugeria selecionar duas cidades para dar treinamento e oferecia três opções. Uma era Curitiba.

Em manifestações públicas de gente grávida da Procuradoria americana, vê-se que esse tipo de colaboração foi profícua. Em 19 novembro de 2013, o então vice-PGR de lá, James M. Cole, participou de uma conferência em Washington a respeito da lei local que permite processar por lá empresas suspeitas de cometer crime em qualquer lugar do planeta, a FCPA. “Semana passada, o chefe da nossa unidade FCPA ajudou a liderar uma sessão de treinamento de procuradores na Cidade do México, e nesta semana nós vamos participar de outra sessão de treinamento no Brasil”,

SEM DEIXAR DE SER BASTANTE EVASIVA, RAQUEL DODGE CONFIRMOU A CONTRIBUIÇÃO AMERICANA À LAVA JATO

afirmou. A Lava Jato estouraria seis meses depois, em abril de 2014, mas suas investigações haviam começado em 2013. Justamente o ano do escândalo da espionagem da NSA contra a Petrobras, Dilma Rousseff e Angela Merkel.

Em 19 de julho de 2017, o então vice-PGR-adjunto, Kenneth Blanco, atual diretor da agência americana de combate a crimes financeiros, uma espécie de

Coaf, participou de evento sobre a Lava Jato, juntamente com Rodrigo Janot, o PGR daqui quando a Lava Jato nasceu. Disse que era difícil imaginar cooperação melhor entre dois países do que a vista entre EUA e Brasil. Que as autoridades de lá e de cá não trabalhavam juntas apenas para obter informações sobre casos já existentes, mas também para descobrir casos novos. E que a confiança mútua permitiu a procuradores de ambos os países “ter comunicações diretas na coleta de evidências”. “Não precisamos depender apenas de processos formais, como tratados de assistência jurídica mútua”, que levam muito tempo, disse. Tradução de “comunicações diretas” e “formais”: à margem da lei.

Um caso de cooperação à margem da lei na Lava Jato deu-se com a Suíça. Em novembro de 2014, Dallagnol e o procurador Orlando Martello Jr. foram

Dallagnol bebeu de seu orientador de mestrado em Harvard, Scott Brewer, a ideia: não precisa de provas, bastam evidências (ou convicções...)



ao paraíso fiscal europeu e trouxeram dados sobre a Odebrecht na bagagem. Detalhe: na gestão de Janot como PGR, houve 68 viagens de procuradores ao exterior. À Suíça e ao Panamá, onde havia provas, foram seis. A Washington, onde fica o Departamento de Justiça dos EUA, 12. A colaboração suíço-brasileira em assuntos financeiros, como com quase todos os países, passa por uma repartição do Ministério da Justiça, o DRCI. É o que está nas normas. A legalização do que foi trazido por Dallagnol e Martello Jr. na bagagem foi feita depois da viagem. O primeiro comunicado da Suíça ao Ministério da Justiça sobre a colaboração chegou em 18 de dezembro de 2014. Na viagem de novembro, não havia ninguém do DRCI com Dallagnol e Martello Jr. Duas informações prestadas, em 23 de outubro de 2015, ao STJ pelo então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.



Vladimir Aras, o preferido de Moro e da Lava Jato na sucessão da PGR, foi secretário de Cooperação Internacional na gestão de Janot

JOÃO AMÉRICO/SECOM/PGR

ALVOS: LULA E O PT

Em diversos trechos divulgados das conversas, fica claro que o objetivo da Operação Lava Jato não era desnudar o esquema de desvios da Petrobras, doesse a quem pudesse doer, mas focar as investigações no ex-presidente Lula e no PT. Publicamente, a força-tarefa sempre negou o viés partidário das investigações, contra todas as evidências.

Em um dos diálogos, ao saber do resultado das delações de 77 executivos da construtora Odebrecht que implicavam políticos de diversos partidos, entre eles os emedebistas Michel Temer e Eduardo Cunha e os tucanos Aécio Neves e Geraldo Alckmin, Moro aconselha Dallagnol a não enfrentar tantos inimigos e focar “nos 30% iniciais”. Em outras palavras, no PT.

Dallagnol -

16:01:03 - Caro, favor não passar pra frente: (favor manter aqui): 9 presidentes (1 em exercício), 29 ministros (8 em exercício), 3 secretários federais, 34 senadores (21 em exercício), 82 deputados (41 em exercício), 63 governadores (11 em exercício), 17 deputados estaduais, 88 prefeitos e 15 vereadores [...].

Moro - 18:32:37 - Opinião: melhor ficar com os 30 por cento iniciais. Muitos inimigos e que transcendem a capacidade institucional do mp e judiciário.

Em 2017, Moro sugeriu formas de manter preso João Vaccari Neto, tesoureiro do PT encarcerado preventivamente desde abril de 2015:

Moro - 18:24:25 - Diante da absolvição do Vaccari seria talvez conveniente agilizar julgamento do caso do Skornicki no qual ele tb está preso e condenado. Parece que está para parecer na segunda instância

Dallagnol - 20:54:53 - Providenciamos tb nota de que a PRR vai recorrer

20:57:31 - Tem outras tb no TRF. Alguma razão especial para apontar esta?

Moro - 23:20:53 - Porque Vaccari tb foi condenado nesta?!

No trecho a seguir, Moro mostra-se preocupado com as reações ao vazamento ilegal do diálogo entre Lula e Dilma Rousseff. A divulgação das conversas impediria o ex-presidente de assumir a chefia da Casa Civil, tentativa de amenizar a crise política e evitar o impeachment da então presidenta:

Dallagnol - 12:44:28. - A decisão de abrir está mantida mesmo com a nomeação, confirma?

Moro - 12:58:07. - Qual é a posição do mpf?

Dallagnol - 15:27:33. - Abrir

(...)

Dallagnol - 21:45:29. - A liberação dos grampos foi um ato de defesa. Analisar coisas com hindsight privilege é fácil, mas ainda assim não entendo que tivéssemos outra opção, sob pena de abrir margem para ataques que estavam sendo tentados de todo jeito... [...]

Moro - 22:10:55. - não me arrependo do levantamento do sigilo. Era melhor decisão. Mas a reação está ruim.



Não foi a única vez em que o petista ficou vendido. Certa feita, o chefe da PF naquele tempo, Leandro Daiello, contou-lhe que havia procuradores americanos em Curitiba. Cardozo procurou Janot para saber o que era aquilo. Ouviu que os gringos haviam vindo trazer um convite. Será? “O Departamento de Justiça tem procuradores e agentes estacionados em várias cidades no exterior, incluindo aqui no Brasil.” Palavras ditas em 24 de maio de 2017, durante uma conferência realizada em São Paulo sobre corrupção, pelo PGR-adjunto americano de então, Trevor McFadden, hoje juiz.

A presença de investigadores americanos no Brasil é um assunto do qual as autoridades daqui fogem. No ano passado, o líder do PT na Câmara, o gaúcho Paulo Pimenta, pediu aos ministérios

O VICE-PGR MARIZ MAIA DISSE NO VATICANO DIAS ATRÁS QUE O BRASIL PADECE “DE GRANDE DOR” PELA PRISÃO DE LULA

da Justiça e das Relações Exteriores e à Procuradoria-Geral da República informações sobre americanos que trabalharam no Brasil em apoio à Lava Jato. Os ministérios desconversaram e não responderam, mesmo que tivessem sido questionados com base na Lei de Acesso à Informação (LAI). Nem mesmo a CGU, a pasta a quem cabe recurso contra o silêncio, quis se manifestar.

Um tanto quanto evasiva, a PGR Raquel Dodge confirmou o trabalho de americanos no Brasil.

Em um ofício de 28 de julho de 2018, ela diz que a vinda havia sido solicitada pelo Departamento de Justiça como parte de investigações sigilosas no caso Odebrecht. O pedido entrara pelo DRCI, como deveria ser. Segundo ela, os “agentes públicos estadunidenses” realizaram diligências na condição apenas de coadjuvantes. No comando, só brasileiros. Com uma ressalva sutil: foi assim ao menos até onde “o Ministério da Justiça e o Ministério Público Federal tiveram ciência”. Quer dizer, os visitantes podem ter feito coisas que a PGR não soube, ou não quis saber. Raquel não citou nomes. Alegou sigilo. O Departamento mandou a papelada do caso Odebrecht à Universidade Stanford, como material de pesquisa. Ali menciona nove procuradores americanos que atuaram no caso. Quatro eram da cúpula da Procuradoria, é improvável que tenham ficado aqui. Sobram cinco: Christopher Cestaro, David Last, David Fuhr, Lorinda Laryea e Kevin Gingras.

A polêmica fundação de 2,5 bilhões de reais criada por um acordo entre a Lava Jato e a Petrobras contém mais elementos a reforçar os laços entre Moro, a força-tarefa de Curitiba e o Tio Sam. De quebra, deixa no ar desconfianças de um aparente projeto de poder do Ministério Público Federal (MPF), bem como de uma possível candidatura presidencial do ministro da Justiça. A fundação foi contestada em março, no STF, por Raquel Dodge. Em um documento enviado ao tribunal em 8 de abril para fazer parte da ação, a “xerife” diz considerar a petroleira “vítima de um esquema criminoso predatório” por parte de dirigentes que estavam associados a políticos corruptos, todos unidos para favorecer fornecedores da estatal em troca de vantagens indevidas. Se a Petrobras é “vítima”, por que os procuradores de Curitiba endossaram o acordo que a estatal fez nos Estados Unidos para não ser processada lá, acordo este que é

No dia da maior manifestação, em março de 2016, a favor do impeachment de Dilma Rousseff, Moro e Dallagnol estão exultantes. O procurador trata o juiz como um guia espiritual do Brasil:

Dallagnol - 22:19:29 - E parabéns pelo imenso apoio público hoje. [...] Seus sinais conduzirão multidões, inclusive para reformas de que o Brasil precisa, nos sistemas político e de justiça criminal. [...]

Moro - 22:31:53 - Fiz uma manifestação oficial. Parabéns a todos nós
22:48:46 - Ainda desconfio muito de nossa capacidade institucional de limpar o congresso. O melhor seria o congresso se autolimpar mas isso não está no horizonte. E não sei se o stf tem força suficiente para processar e condenar tantos e tao poderosos

O antipetismo da República de Curitiba fica evidente na série de conversas abaixo:

Carol PGR - 11:22:08
Deltannn, meu amigo
11:22:33 *toda solidariedade do mundo à você nesse episódio da Coger, estamos num trem desgovernado e não sei o que nos espera*
11:22:44 *a única certeza é que estaremos juntos*
11:24:06 *ando muito preocupada com uma possível volta do PT, mas tenho rezado muito para Deus iluminar nossa população para que um milagre nos salve*
Deltan Dallagnol - 13:34:22 *Valeu Carol!*
13:34:27 *Reza sim*
13:34:32 *Precisamos como país*

Em 28 de setembro do ano passado, quando os procuradores souberam da decisão de Ricardo Lewandowski, ministro do STF, de liberar uma entrevista de Lula à Folha de S.Paulo, a procuradora Laura Tessler mostra-se furiosa. Ao fim da mensagem, revela a sua preocupação:

“Que piada!!! Revoltante!!! Lá vai o cara fazer palanque na cadeia. Um verdadeiro circo. E depois de Mônica Bergamo, pela isonomia, devem vir tantos outros jornalistas... e a gente aqui fica só fazendo papel de palhaço com um Supremo desse...”
“sei lá...mas uma coletiva antes do segundo turno pode eleger o Haddad”

origem dos 2,5 bilhões de reais? Foi para meter a mão numa montanha de dinheiro e financiar planos particulares, tudo combinado com Washington?

A procuradora-geral tocou no assunto em resposta à Advocacia-Geral da União, órgão defensor do poder público nos tribunais. Uma semana antes, a AGU havia encaminhado ao STF, para fazer parte da mesma ação, um documento em que chamava a Petrobras de “infratora”. Foi na condição de “infratora” que a estatal selou um acordo nos EUA, em setembro de 2018. A Petrobras topou pagar uma multa de 853 milhões de dólares (3,6 bilhões de reais na época) para evitar os tribunais por lá. A força-tarefa da Lava Jato acompanhou a negociação. Ficou acertado que 80% da multa seria paga no Brasil, nos termos de um acordo posterior fechado pela petroleira com os procuradores de Curitiba. Um total de 682 milhões de dólares, ou 2,5 bilhões de reais na época. É esse dinheiro que pariu a fundação contestada por Raquel.

Se as autoridades americanas tinham

**BOLSONARO
CALA-SE, MAS FALA
O GENERAL VILLAS
BÔAS: “EXPRESSO
RESPEITO E
CONFIANÇA AO
MINISTRO MORO”**

provas para processar a Petrobras, a ponto de arrancar um acordo, por que abriram mão de 80% da multa? Por que aceitaram que os recursos viessem para o Brasil? E por que a força-tarefa aceitou tratar a estatal como “infratora”, posição que contraria a visão do comando da Procuradoria? Foi para ter uma bolada sob seu controle, como está estipulado no acordo com a Petrobras? Tudo financiado conscientemente por Washington? “O que se pensou com essa fundação do Dallagnol foi criar um fundo eleitoral. Imagine o poder, quantos votos... Essa gente faria tudo no Brasil, faria chover”,

disse Gilmar Mendes, em abril, durante a sessão do Supremo que confirmou a liminar a suspender a fundação.

Detalhe: ao argumentar que a Petrobras é “infratora”, a AGU queria levar o Supremo a decidir que o bilionário fundo deveria ser gerido só pelo governo. E que a grana fosse ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), administrado pelo ministro da Justiça, ou seja, Moro. A PGR defende que a destinação do dinheiro deve ser definida em conjunto pelo governo, o Supremo e os procuradores e que os recursos sejam aplicados em educação. Uma ideia abraçada por Bolsonaro.

O presidente e a procuradora-geral parecem flertar. O mandato de Raquel como PGR vence em setembro e ela quer ficar. Na terça-feira 18, a associação dos procuradores realiza a eleição para a lista triplíce que será levada ao presidente. Há um número recorde de candidatos, dez, sinal de desavenças internas no MPF. O competidor do lavajatismo e de outras forças-tarefas vistosas, como a Zelotes e a Greenfield, é Vladimir Aras, que foi secretário de Cooperação Internacional com Janot. É o preferido de Moro. Um

FALTA DE PROVAS NO CASO DO TRIPLEX

Poucas horas antes de acusar Lula, Deltan Dallagnol ainda tinha dúvidas da consistência das acusações que originaram o processo do apartamento triplex no Guarujá, litoral de São Paulo. Faltava o elo entre a compra da suposta cobertura e o alegado recebimento de propina por contratos da Petrobras. Em um diálogo entre o procurador e colegas em um grupo no Telegram batizado “Incendiários ROJ”, o pregador da Lava Jato afirma:

“Falarão que estamos acu-

sando com base em notícia de jornal e indícios frágeis... então é um item que é bom que esteja bem amarrado. Fora esse item, até agora tenho receio da ligação entre petrobras e o enriquecimento, e depois que me falaram to com receio da história do apto... São pontos em que temos que ter as respostas ajustadas e na ponta da língua”.

Uma reportagem de 2010 de O Globo sobre o edifício no Guarujá provoca um certo alívio e um pouco de excitação no procurador:

“tesão demais essa matéria do O GLOBO de 2010. Vou dar um beijo em quem de Vcs achou isso.”

Dallagnol prossegue:

23:05:11 - Sabemos qual a fonte da matéria? Será que não vale perguntar para a repórter, a Tatiana Farah, qual foi a fonte [sic] dela?

23:05:29 - Acho que vale. Informalmente e, se ela topa, dá para ouvi-la.

23:05:58 - Pq se ele já era dono em 2010 do triplex... a reportagem é um tesão, mas se convertermos em testemu-

nho pode ser melhor

23:06:08 - Podemos fazer contato via SECOM, topam? **23:06:27** - vou pedir pra assim o contato

O procurador insistiu na intenção de convocar a jornalista como testemunha, mostra mensagem, trocada às vésperas de a denúncia contra Lula ser apresentada, em outro grupo do Telegram, apelidado de Filhos do Januário 1. Acabaria demovido da ideia pelo colega Carlos dos Santos Lima:

“Creio que tomar depoimento de jornalista não é conveniente”.



Mais uma revelação:
Fux é tratado como
parceiro por Moro
e sua força-tarefa



NELSON JR/STF

dos candidatos, Paulo Eduardo Bueno, soltou a língua ao falar das conversas entre Moro e Dallagnol: “Lógico que é fora do normal. Isso, provavelmente, vai ter repercussão nos casos que saíram dali e pode ser caso até de anulação das condenações. Arranha a imagem do MPF e até a imagem do Brasil”.

Bolsonaro não tem compromisso com a lista tríplice. A permanência de Raquel, que não concorre à lista, talvez fosse o menor dos males, ao manter um ambiente mais previsível. Mas não deve ter caído nada bem no Palácio do Planalto

a participação do vice-PGR, Luciano Mariz Maia, em um evento no início do mês no Vaticano. Mariz disse que há uma “grande dor no Brasil” pela prisão de Lula, cujo governo teve sensibilidade social. Que “houve um uso político da investigação (da Lava Jato), que resultou na antecipação do fim do mandato da presidente Dilma” e que “permitiu que um candidato, valendo-se da luta contra a corrupção, terminasse ganhando as eleições (Bolsonaro) e trazendo de volta o medo de um retrocesso político para ainda a época de regimes militares”.

O general aposentado Eduardo Villas Bôas, assessor especial no Planalto, teve papel destacado na eleição, segundo o professor Eduardo Costa Pinto, da UFRJ. Na condição de chefe do Exército de 2015 a 2018, impediu um golpe militar clássico, mas foi o mentor de um “golpe branco”, ao agir para excluir Lula da eleição, como o próprio general praticamente reconheceu em novembro à *Folha*. Foi ele quem saiu a público em defesa de Moro, mesmo diante do silêncio de Bolsonaro, após as revelações do Intercept. “Momento preocupante, porque dá margem a que a insensatez

Mais tarde, Dallagnol voltaria, mais aliviado, ao grupo Incendiários ROJ. Na conversa, descreveria suas ideias para o PowerPoint, no qual coloca o ex-presidente Lula no centro da organização criminosa. O material seria ridicularizado até por aliados.

Deltan Dallagnol - 23h08:
“Vcs não têm mais a mesma preocupação que tinham quanto ao imóvel, certo? Pergunto pq estou achando top e não estou com aquela preocupação. Acho que o slide do apto tem que ser didático tb. Imagino o mesmo do lula, balões ao redor do

balão central, ou seja, evidências ao redor da hipótese de que ele era o dono.”

Dois dias após a denúncia, em 16 de setembro, Dallagnol comentaria o caso com Moro. Reclamaria da repercussão ruim e das piadas sobre o PowerPoint. Na conversa, o procurador confirma: imputar a Lula o papel de ‘líder máximo’ do esquema era uma forma de vinculá-lo aos 87 milhões de reais pagos em propina pela OAS por contratos com a Petrobras. *“Não foi compreendido que a longa exposição sobre o comando do esquema era necessária para imputar a*

corrupção para o ex-presidente. Muita gente não compreendeu porque colocamos ele como líder para imperar [imputar] 3,7MM de lavagem, quando não foi por isso, e sim para imputar[sic] 87MM de corrupção”.

A reportagem de *O Globo* seria anexada à decisão de Moro. Nas palavras do juiz, era “bastante relevante do ponto de vista probatório”. Há ao menos duas inconsistências na apuração jornalística. As cotas adquiridas por Lula e Mariza Letícia da Bancoop, cooperativa do Sindicato dos Bancários, dariam direito a qualquer imóvel -

mais tarde, a defesa viria a dizer que se tratava de uma unidade simples.

A OAS adquiria as cotas do edifício triplex tempos depois, por causa da péssima situação financeira da Bancoop. O texto de *O Globo* afirmava que o imóvel a ser ocupado pelo casal Lula ficava em uma torre diferente daquela apontada por Moro no processo. Na denúncia da Lava Jato, Lula seria o dono de um triplex na torre A, que ainda não havia sido construída à época da reportagem. Segundo o jornal, a unidade do ex-presidente ficava na torre B.

e o oportunismo tentem esvaziar a Operação Lava Jato (...) Expresso respeito e confiança ao ministro Sérgio Moro”, escreveu ele no Twitter, na terça-feira 11.

Na mesma rede social, no mesmo dia, o jornalista Glenn Greenwald, do Intercept, escreveu que “a Globo é sócia, agente e aliada de Moro e da Lava Jato – seus porta-vozes – e não jornalistas que reportem sobre eles com alguma independência. É exatamente assim que Moro, Deltan e a força-tarefa veem a Globo. Então não esperem nada além de propaganda”. Para ele, o conglomerado global tenta salvar a pele do ministro. Escolado no caso Snowden, Greenwald está no comando da situação e dependerá dele e de sua equipe o futuro de Moro. O jornalista diz ter obtido, de fonte cujo nome não revela, uma montanha de dados, conversas, áudios, documentos, mais do que no caso Snowden. Na quarta-feira 12, uma nova notícia fruto desse material mostrou o juiz Luiz Fux, do STF, tratado como “parça” por Moro e a força-tarefa de Curitiba.

O ministro da Justiça e os procuradores não negam o conteúdo das conversas, tentam minimizá-las enquanto lutam para desacreditar Greenwald, com o argumento de que o material que chegou a ele é produto de roubo, talvez tenha sido forjado. A Polícia Federal investiga uma série de aparentes ataques recentes de *hackers* aos celulares de Moro e de algumas outras autoridades. PF que é subordinada a Moro, e este ficaria feliz se a polícia mostrasse que o material do Intercept é produto de roubo cibernético ou forjado. À *CartaCapital*, o editor-executivo do site, Leandro Demori, disse que tem “centenas” de páginas de conversas e “centenas de áudios desses personagens”. Quer dizer, o inverno antecipado de Moro promete ser “russo” como o apelido do ex-juiz junto à força-tarefa de Dallagnol: longo e rigoroso. •

O CARRASCO

Do perdão duplo para Alberto Youssef a funcionário do governo que ajudou a eleger, eis a trajetória de um juiz apenas possível numa república de bananas

JUN/2016

O presidente da OAS, Léo Pinheiro, tenta fechar acordo de delação. Negociações travam depois de ele inocentar Lula.

2004

Aos 31 anos, o juiz Sérgio Moro homologa o primeiro acordo de delação premiada do Brasil, com o doleiro Alberto Youssef, condenado a sete anos de prisão no caso Banestado. A pena é reduzida para apenas um ano.



2009

Moro participa de um treinamento de “combate à corrupção” oferecido pelo Departamento de Estado americano, conforme revelou um documento vazado pelo WikiLeaks.

2014

Reincidente, Youssef é de novo beneficiado por um acordo de delação com o juiz Moro, desta vez no âmbito da Operação Lava Jato. No lugar dos 122 anos por lavagem de dinheiro, organização criminosa, corrupção ativa e passiva, cumpre 2 anos e 8 meses em regime fechado e 4 meses em seu condomínio de luxo.

MAR/2016

Na 24ª fase da Lava Jato, Lula é alvo de condução coercitiva pela PF, que vasculha sua casa, a casa de seus filhos e o Instituto Lula. Nada de suspeito é encontrado.

Moro divulga gravação ilegal de conversa da presidenta Dilma com Lula, então nomeado para a Casa Civil, e vaza conteúdo para o *Jornal Nacional*. A posse de Lula é suspensa por Gilmar Mendes.

JUL/2015

Moro renova as prisões preventivas de Marcelo Odebrecht e outros executivos da empreiteira, sem qualquer justificativa jurídica que se sustente.



SET/2016

Moro decreta a prisão preventiva de Léo Pinheiro, também sem qualquer justificativa jurídica que se sustente. No mesmo mês, aceita a denúncia do MPF sobre o triplex do Guarujá (apresentada em risível arquivo de PowerPoint). Lula vira réu pela primeira vez.

ABR/2017

Léo Pinheiro troca de advogados e muda a versão sobre o triplex do Guarujá. Não apresenta nenhuma prova.

AGO/2017

Moro aceita denúncia do MPF sobre o sítio de Atibaia e Lula vira réu pela sexta vez.

JAN/2018

A condenação de Lula por Sérgio Moro tramita em velocidade recorde na Justiça Federal, o TRF4 confirma a sentença e aumenta a pena para 12 anos e 1 mês. Se mantida a pena anterior, o "crime" estaria prescrito.

NOV/2016

Moro aceita denúncia da força-tarefa da Lava Jato que acusa Lula de ter se beneficiado de terreno comprado pela Odebrecht que seria destinado ao Instituto Lula, e também de ter o aluguel de seu apartamento em São Bernardo pago pela empreiteira. As negociações teriam sido feitas por Antonio Palocci e descontadas da "Planilha Italiano". O ex-presidente torna-se réu pela quinta vez.

JUL/2017

Por "fatos indeterminados", Lula é condenado a 9 anos de prisão por Sérgio Moro no caso do triplex do Guarujá. Seus bens são bloqueados.

DEZ/2017

Lula dispara em pesquisa para presidente, ultrapassando os 50% em todos os cenários medidos pelo Datafolha para o segundo turno das eleições.

NOV/2018

Numa eleição marcada pela disseminação de notícias falsas e pelo vazamento de novos trechos da delação de Palocci às vésperas da votação, Bolsonaro é eleito presidente. Moro aceita ser ministro da Justiça do novo governo.

AGO/2018

Decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU determina que Lula tem o direito de concorrer nas eleições para presidente. O TSE ignora a decisão e rejeita a candidatura.



JUL/2018

O desembargador Rogério Favreto, do TRF4, concede *habeas corpus* ao ex-presidente. Moro, juiz de primeira instância, age para desqualificar a decisão do desembargador. Lula permanece preso.

MAI/2018

A ONU confirma que está investigando violações contra o direito à defesa de Lula.

ABR/2018

Lula é preso por determinação de Moro.